



# **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**

## **INSTRUÇÃO DO PERÍODO**

<b>Processo TC</b>	6159/989/16
<b>Poder</b>	LEGISLATIVO
<b>Município</b>	Poá
<b>Entidade</b>	CÂMARA MUNICIPAL DE POÁ
<b>Período</b>	12/2017
<b>Relator</b>	Dr. Edgard Camargo Rodrigues
<b>Unidade Fiscalizadora</b>	04ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
<b>Responsável</b>	WELSON LOPES DA SILVA
<b>Cargo</b>	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
<b>CPF</b>	073.456.898-32
<b>Período de Gestão</b>	01/01/2017 a 31/12/2017

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

### **ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL**

## **1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE**

### **1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE**

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

## **2 - Assunto de Fiscalização: LRF**

### **2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período**

**Posição no exercício anterior**

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
CÂMARA MUNICIPAL DE POÁ	R\$ 8.270,06	R\$ 537.742,17

**Movimentação no Exercício**

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE POÁ	R\$ 886.308,44	R\$ 288.896,15	R\$ 256.971,02

**Posição atual**

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE POÁ	R\$ 399.730,34	R\$ 486.723,16	R\$ 273.006,33

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

**2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal**

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
12/2016	R\$ 10.105.120,34	R\$ 406.633.390,37	2,4851%	6,0000%
4/2017	R\$ 10.424.147,42	R\$ 404.652.602,42	2,5761%	6,0000%
8/2017	R\$ 10.561.836,36	R\$ 412.579.517,89	2,5600%	6,0000%
12/2017	R\$ 10.898.223,00	R\$ 420.000.628,87	2,5948%	6,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

**2.3 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)**

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2017	R\$ 10.318.199,37	R\$ 409.333.471,64	2,5207%	2,5207%

7/2017	R\$ 10.334.666,02	R\$ 410.559.220,24	2,5172%	2,5207%
8/2017	R\$ 10.561.836,36	R\$ 412.579.517,89	2,5600%	2,5207%
9/2017	R\$ 10.530.078,15	R\$ 414.223.364,39	2,5421%	2,5207%
10/2017	R\$ 10.601.826,06	R\$ 417.436.163,00	2,5397%	2,5207%
11/2017	R\$ 10.574.139,20	R\$ 417.305.566,91	2,5339%	2,5207%
12/2017	R\$ 10.898.223,00	R\$ 420.000.628,87	2,5948%	2,5207%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 12/2017, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 2,5948%, sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2017, devendo, portanto, o Poder em questão ser alertado para fins de observar a vedação contida no parágrafo único dos artigos 21 e 22 da LRF.

Em relação ao período dos 180 dias finais de mandato, verificou-se acréscimo percentual em relação ao apurado no mês de 6/2017, no(s) mês(es) acima indicados, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco", para fins do disposto no art.21, parágrafo único da LRF.

## 2.4 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira em 30/04	R\$ 3.356.193,05
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04	R\$ 145,06
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até 30/04	R\$ 175.023,29
(-) Anulação de Empenhos Liquidados até 30/04	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 30/04	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 30/04	R\$ 3.181.024,70
Disponibilidade Financeira em 31/12	R\$ 1.250.809,14
(-) Saldo de Restos a Pagar EM 31/12	R\$ 399.730,34
(-) Cancelamento de Empenhos Liquidados até 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 31/12	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 31/12	R\$ 851.078,80
Percentual de variação entre a Disponibilidade Líquida em 31/12 e 30/04	-73,2451%

O resultado da disponibilidade líquida em 31/12 demonstra que o órgão tem disponibilidade financeira frente às despesas contraídas nos últimos 8 meses finais de mandato do Chefe do Poder, situação que deverá ser confirmada "in loco" para fins de verificação do cumprimento do art.42 da LRF

## 2.5 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

Nomenclatura	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo Para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<b><u>Restos a Pagar Processados</u></b>	R\$ 8.270,06	R\$ 399.585,28	R\$ 8.125,00	R\$ 399.730,34
<b><u>Restos a Pagar Não Processados</u></b>	R\$ 537.742,17	R\$ 486.723,16	R\$ 537.742,17	R\$ 486.723,16
Consignações	R\$ 95.039,19	R\$ 2.731.018,75	R\$ 2.716.891,88	R\$ 109.166,06
Depósitos	R\$ 4.533,19	R\$ 68.139,64	R\$ 64.555,64	R\$ 8.117,19
Outros	R\$ 0,00	R\$ 14.775.890,82	R\$ 14.238.148,65	R\$ 537.742,17
<b>Total</b>	<b>R\$ 645.584,61</b>	<b>R\$ 18.461.357,65</b>	<b>R\$ 17.565.463,34</b>	<b>R\$ 1.541.478,92</b>

## 2.6 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 42,98%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repassé total da Prefeitura	R\$ 20.616.999,96
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 125.758,62
Despesas com folha de pagamento	R\$ 8.933.365,46
<b>Despesa com folha/Transferências realizadas</b>	<b>42,98%</b>
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

## 2.7 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior	R\$ 323.959.982,00
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 2.210.177,20

Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
<b>Apuração do limite</b>	<b>0,68%</b>

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 0,68%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

## 2.8 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	113793
Receita Tributária Ampliada exercício anterior	R\$ 323.959.982,00
Percentual Máximo Permitido	6,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 19.437.598,92
Total de Despesas do exercício	R\$ 14.782.413,36
Percentual Apurado	4,56%

(\*) Dados IBGE ano anterior, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 4,56%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.

## 3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

### 3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

**Data da Geração:** 07/04/2018  
**Hora da Geração:** 01:36:19